



MUNICÍPIO DE AVEIRO Assembleia Municipal

ACTA N.º 44

Sessão Ordinária Junho

1.ª Reunião em 17/06/2016

Aos dezassete dias do mês de Junho do ano dois mil e dezasseis, reuniu a Assembleia Municipal de Aveiro, no edifício sede, sito na Avenida Lourenço Peixinho, presidida pela Primeiro Secretário Maria José Teixeira de Moraes Afonso França, na qualidade de Presidente da Mesa em Exercício, e pela vogal Susana Cristina Chaves Baptista Esteves na qualidade de Primeira Secretária e a sucedânea Maria Cristina Macedo Costa Veiga, na qualidade de Segundo Secretário, e com a presença dos Vogais, Manuel José Prior Pedreira das Neves, Simão Pedro da Fonseca Tavares Quina, David Paiva da Martins, Casimiro Simões Calafate, Ângela Maria Bento Nunes Saraiva de Almeida, Firmino Marques Ferreira, Victor Manuel Marques de Oliveira, Fernando Tavares Marques, Maria Leonor Nunes dos Reis, Maria Arminda Rodrigues de Sousa Correia, Paulo Alexandre Florentino Marques, Ernesto Carlos Rodrigues de Barros, Miguel António Costa da Silva, Carlos Filipe de Andrade Neto Brandão, Anabela de Almeida Saraiva, Carlos Francisco da Cunha Picado, Eduardo Anselmo Moreira Fernandes de Castro, Paulo Jorge Coimbra Fontes, João Alberto Simões Barbosa, Jaime Manuel Pereira dos Reis Vinagre, João Carlos Rodrigues Morgado, Jorge Manuel do Nascimento, Maria da Luz Nolasco Cardoso, Aida Isabel Pereira Tavares, Rita Alexandra Monteiro Baptista e António Manuel de Brito Moreira.⁰⁰¹

Pelas 20:30 horas, a Presidente da Mesa em Exercício declarou aberta a reunião.

Nesta reunião da sessão faltaram, o Presidente da Assembleia Municipal António do Pranto Nogueira Leite, o Segundo Secretário Jorge Carvalho Arroiteia, e os Vogais Henrique Manuel Moraes Diz, Mónica Filipa Crsitovão Gomes, e Ana Maria Seiça Neves Ferreira.

Por parte da Câmara Municipal estavam presentes, o Presidente da Câmara José Agostinho Ribau Esteves, o Vice-Presidente Jorge Manuel Mengo Ratola, e os Vereadores, Maria do Rosário Lopes Carvalho, Carla Raquel Castro da Rocha Madureira, Luís Miguel Capão Filipe, Paula Cristina Dias Urbano Antunes e Manuel Oliveira de Sousa.

Não estiveram presentes o Vereador João Francisco Carvalho de Sousa e Rita Alexandra Verdade da Encarnação.

Seguidamente, nos termos do artigo 78.º da Lei n.º 169/99 de 18 de setembro, na redação dada pela Lei n.º 5-A/2002 de 11 de janeiro, o Presidente da Mesa deu conhecimento ao plenário da substituição nesta reunião dos vogais, Victor Manuel da Silva Martins, Gonçalo Nuno Caetano Alves, Ricardo Jorge Trindade Sabino, Nuno Manuel Marques Pereira, Maria Cristina Regales de Jesus Pires, António dos Santos Costa, João Pedro Rodrigues dos Santos Dias, e Filipe Seiça Neves Barbado Guerra, pelos sucedâneos na lista de candidatura, respetivamente, Maria Cristina Macedo da Costa Veiga, Maria Leonor Nunes dos Reis, Ernesto Carlos Rodrigues Barros, Anabela de Almeida Saraiva,

Paulo Jorge Coimbra Fontes, Aida Isabel Pereira Tavares, Rita Alexandra Monteiro Batista, e António Manuel de Brito Moreira.

Também e nos termos da legislação em vigor, o Presidente da Mesa informou que o Presidente de Junta de Freguesia, Antero Marques dos Santos e Henrique da Rocha Vieira, se fizeram substituir nesta reunião por Miguel António Costa da Silva e Nuno Frederico Miranda Leite.⁰⁰³

Os sucedâneos nas listas de candidaturas, Olinto Henrique da Cruz Ravara, João Carlos Martins Valente, Bruno Miguel Ribeiro Costa, João Condinho Vargas, e António Manuel Santos Salavessa, pediram escusa.

Foram efetuados o reconhecimento de poderes.

A seguir a Presidente da Mesa em Exercício leu a “*Ordem do Dia*” para esta Sessão Ordinária de Junho, cujos pontos se transcrevem:

Ponto 1 – Apreciação e votação dos Contratos Interadministrativos de Delegação de Competências entre a Câmara Municipal de Aveiro e as Juntas de Freguesia de Aradas, Cacia, Eixo/Eirol, Esgueira, Glória/Vera Cruz, Oliveirinha, Requeixo/N^a Sra de Fátima/Nariz, Santa Joana, São Bernardo e São Jacinto, para o 2º Semestre de 2016;

Ponto 2 – Informação sobre a Atividade Municipal de 12ABR16 a 12JUN16;

Ponto 3 – Apreciação e votação da Prestação de Contas Consolidadas referente ao ano 2015;

Ponto 4 – Designação do representante da Assembleia Municipal de Aveiro, para a Comissão Consultiva do processo de Revisão do Plano Director Municipal de Aveiro, nos termos da alínea d) do artigo 7.º da Portaria n.º 277/2015, de 10 de Setembro, com a necessária delegação de poderes nos termos do artigo 6.º da mesma Portaria.

Continuando, a Presidente da Mesa em Exercício informou que ia colocar à votação do plenário as actas da sessão anterior⁰⁰⁴ em tempo distribuídas por todos os membros da Assembleia:

Acta n.º 42 – Sessão Ordinária em Abril – reunião realizada em 15-04-2016: - Colocada à discussão não se verificaram intervenções. Submetida à votação foi a mesma aprovada por maioria, com vinte sete votos a favor, duas abstenções, e zero votos contra.

Acta n.º 43 – Sessão Ordinária em Abril – reunião realizada em 26-04-2016: - Colocada à discussão não se verificaram intervenções. Submetida à votação foi a mesma aprovada por maioria, com vinte sete votos a favor, duas abstenções, e zero votos contra.

Continuado, a Presidente da Mesa em Exercício⁰⁰⁵ nos termos regimentais, deu início ao *Período de Antes da Ordem do Dia*, dando conhecimento dos tempos tipificados no Regimento para cada grupo municipal.

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

Os grupos municipais indicaram, nos termos regimentais, quais os vogais que iam intervir neste ponto da *ordem-do-dia*:

(As intervenções, nos termos regimentais, tem como suporte gravação áudio.)

Membros da Assembleia

Vogal António Moreira (PCP)⁰⁰⁶

Vogal Rita Batista (BE) — Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:⁰⁰⁸

“Muito obrigada Senhora Presidente. Amanhã temos uma importante mobilização social em defesa da escola pública. E convém lembrar que este ano celebramos os 40 anos da Constituição da República pelo que reafirmamos também a defesa da Escola Pública.

A Escola Pública foi e é um instrumento de igualdade fundamental para o país. Sem a escola pública da democracia, a segregação social era a realidade daqueles que não tinham a possibilidade de frequentar os liceus e colégios reservados para a elite. Era essa uma das formas do regime fascista assegurar que todos sabiam qual o seu lugar na sociedade — ao filho do rico a riqueza, ao filho do pobre um futuro de miséria.

Durante décadas, Portugal não teve um sistema de ensino público., gratuito e universal. Sabemos o que nos custou. Foi sinónimo de atraso e desigualdade. O regime temia a Educação.

Com a revolução uma das prioridades foi precisamente a criação de uma escola pública. A Constituição reconhecendo a todos e todas o direito à Educação em condições de igualdade, obrigou – e bem – à criação de uma “rede de estabelecimentos públicos de ensino que cubra as necessidades de toda a população”.

Durante décadas esta foi uma prioridade do país com um grande investimento dos impostos de todos, na construção da escola para todos. Em 40 anos a escola pública permitiu que a taxa de escolarização no 3.º ciclo passasse de 23,8% para 86,5%. Permitiu que no ensino secundário passasse de 4,9% para 74,3%.

O atraso herdado do regime fascista era grande. Era necessária uma resposta rápida, pelo que onde o Estado não conseguia chegar rapidamente com a construção de escolas, contratualizava dinheiro público para a frequência de colégios privados através de contratos de associação. Com o tempo muitos destes contratos tornaram-se desnecessários, mas vários governos mantiveram as transferências de verbas como autênticas rendas a privados. Ao mesmo tempo que o Estado desperdiçava assim o seu dinheiro com colégios privados, as escolas públicas localizadas nessas mesmas áreas foram sofrendo com o esvaziamento e o desinvestimento.

Mais ainda. Durante os últimos anos de austeridade cortaram-se mais de 1.300 milhões de euros na educação pública, fecharam-se escolas, despediram-se professores, reduziram-se recursos — isto tudo apesar de se manterem as rendas aos privados.

É necessário mudar de rumo. Por isso saudamos a decisão do governo em tão só cumprir a lei ao impedir a redundância nos contratos de associação. Saudamos o fim desse desperdício de dinheiro. Foi uma medida deste Governo com amplo apoio social de tal forma que os colégios com contratos de associação redundantes não concorreram a novas turmas.

Saudamos a manifestação de amanhã. E por isso mesmo exigimos mais. É necessário aumentar o investimento na escola pública.

A escola pública é sinónimo de igualdade e desenvolvimento e amanhã haverá uma manifestação de todas as cores, diversa, como é a escola pública.

Quero ainda realçar a importante manifestação de ontem dos estivadores. Trabalhadores que tiveram uma importante vitória laboral. Queriam aplicar-lhes a máxima precariedade, torná-los jornaleiros, a trabalhar apenas à jorna de 8 horas. Venceram e mostraram ontem a sua solidariedade com todos os trabalhadores e trabalhadoras do país atacados em nome do lucro de poucos. Lutaram e venceram. Esse é também o caminho para muitos e muitas a quem a precariedade é cada vez mais o pão de cada dia. Por fim, quero deixar ainda uma palavra para a marcha LGBTQIA que amanhã se realiza no país. É importante todos os anos. Amanhã há motivos para celebrar conquistas recentes como o acesso à adoção e à procriação medicamente assistida por parte de casais do mesmo sexo.

Há ainda motivos para reivindicar direitos iguais na lei. Mas é também um momento para a denúncia da homofobia. O momento para recordar as vítimas da violência da homofobia em todo o planeta. Recordamos as recentes vítimas na discoteca em Orlando nos Estados Unidos.

Estamos em todas as lutas e na luta toda. Estamos por isso nestas três manifestações nestes dias. Contra a precariedade, pela escola pública e contra a homofobia.

É a vida das pessoas que conta e não faltamos a nenhuma dessas lutas.”

(Entretanto, deram entrada na sala os Vogais Nuno Frederico Miranda Leite, António Ildebrando Nunes Costeira e Daniela Marisa Pereira de Magalhães.)

Vogal Jorge Nascimento (JPA)⁰⁰⁹

Vogal Maria da Luz Nolasco (JPA) — Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:⁰¹⁰

“Boa noite. Senhor Presidente da Mesa, Senhoras Secretárias, Senhor Presidente da Câmara. Passo a colocar aqui um ponto fora da ordem de trabalhos que se reporta a uma Comissão a qual eu pertença e que se trata da Proteção de Crianças e Jovens. E na qual me sinto apenas um bocadinho a tomar conta da realidade e sem grande poder de intervenção. Mas que muito nos tem afligido ultimamente. Mas passo a fazer desde já um reparo que gostaria de reforçar também junto da Sr. Vereadora Raquel que é representante da Câmara junto desta Comissão.

Relativamente à Câmara Municipal. A Câmara tem uma responsabilidade na CPCJ de igual medida que qualquer outra entidade como mero parceiro. Custa-me dizer isto mas é verdade, é como se fosse um mero parceiro, quer se trate de uma IPSS, da Cáritas, da Escola Profissional de Aveiro a Câmara tem a mesma posição. Esta participação quanto a mim como comissária é diminuta. É muito aquém daquilo que seria necessário e expectável que uma autarquia assumisse perante uma Comissão de Proteção de Crianças e Menores. E Porquê? Porque a ausência dos recursos humanos necessários qualificados, e que estariam quase por natureza ligados à autarquia, poderiam estar ali em maior número representados com disponibilidade total para darem resposta infelizmente aos casos que de uma forma em crescendo vão ali aparecendo. E não estamos a falar de dezenas mas de centenas de casos. É verdade que tem uma área muito alargada. É claro que nós não sabemos se são graves ou não graves. Mas basta que sejam referidos ali para já nos merecerem consideração e atenção e o devido trabalho dado que se trata de crianças e jovens. Logo gente muito venerável que carece de respostas. E há muita coisa que está em silêncio que nós não sabemos nem nos apercebemos. Vou acabar com uma frase que um pensador escreveu: «algo só é impossível até alguém duvide e prove o contrário». Por isso é preciso olharmos para

dentro. E olharmos para dentro do nosso concelho implica tomarmos conta daqueles que dele fazem parte. Era só isto que eu queria aqui deixar em aberto.”

Vogal Miguel Silva (CDS) — Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:[011](#)

“Senhor Presidente, Srs. Membros da Assembleia Municipal, só queria deixar aqui duas notas. Em primeiro lugar queria aqui agradecer em nome do executivo de Requeixo/N. Senhora Fátima/Nariz ao Senhor Presidente da Câmara e ao Senhor Vice-Presidente e ao Senhor Vereador Capão Filipe todo o apoio que nos prestaram nos 500 Anos do Foral de Requeixo. Estamos muito gratos pela vossa disponibilidade e pela vossa ajuda que facilitou imenso as nossas comemorações. Muito obrigado.

E reforçar também aqui o discurso do Senhor Presidente que nos deu boas notícias, uma delas o futuro do Museu da Terra em Requeixo, que já percebemos que é um projeto assumido pela Câmara e que nos agrada bastante. E o segundo é a visão que o senhor Presidente também teve com a sua equipa em integrar o Parque Ribeirinho do Carregal e de Requeixo no CIMIA que será inaugurado no próximo domingo. Acho muito bem e estamos muito satisfeitos por isso. Muito obrigado.”

Vogal Ernesto Barros (CDS)[012](#)

Vogal Paulo Marques (CDS)[013](#)

Vogal Filipe Neto Brandão (PS) — Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:[014](#)

“Muto obrigado Senhor Presidente. O dia de hoje, 17 de Junho, é um dia que me está marcado pessoalmente. Faz hoje o aniversário do falecimento da minha mãe, sendo que obviamente sendo acontecimento de natureza pessoal, nada tem de relevante, mas suscita-me todos os anos um evento público esse sim, por isso faço essa referência, faleceu na véspera de se completar o aniversário da morte do Dr. Carlos Candal. E portanto, há sete anos morreu o Dr. Carlos Candal e há seis anos, nesta mesma sala em que estamos, foi feita a evocação. Pessoalmente não pude vir, mas na altura falei com o seu filho Afonso, associando-me a essa justíssima distinção.

E todos nós estamos recordados que desde então a Câmara Municipal, para além dessa cerimónia, anunciou que uma artéria desta cidade viria a merecer a distinção com o seu nome.

Essa distinção é-lhe devida e já sobejas vezes têm sido feita essa justificação, mas na passagem que amanhã se completará de mais um aniversário, eu entendo que não devo deixar de enquanto aveirense fazer essa evocação. E solicitar à Câmara que cumpra o seu compromisso. O compromisso é da autarquia, não é de quem conjunturalmente ocupa funções, mas Aveiro deve essa distinção e seria útil e profícuo que o fizesse.

Segundo ponto queria fazer uma referência, entenderão que não esteja nesta intervenção a suscitar qualquer tipo de controvérsia, antes pelo contrário, temos que nos podem unir enquanto comunidade, salientar e enaltecer aquilo que (e então à distancia de quem durante a semana não está em Aveiro) constitui-o o fenómeno notável de auto mobilização cívica que foi o “movimento vivó bairro” que juntou os comerciantes da rua Direita e alguns académicos da Universidade (penso que as pessoas terão contribuído a título individual), mas o que queria realçar era que me pareceu que o seu exemplo de mobilização e de enaltecimento daquilo que é a comunidade serve os propósitos imediatos de relançamento da economia local e, portanto, do comércio local.

Mas mais do que isso. É um instrumento de identificação comunitária e, portanto, como tal fenómeno de identificação identitária que confesso não sei como gostava de ver replicado.

É evidente que todos nós temos consciência que o seu principal mérito terá residido precisamente na auto-mobilização, na vontade dos próprios se auto-motivarem e motivarem terceiros. Mas penso que todos reconhecerão que é papel da autarquia primeiro tentar interpretar quais as razões que fizeram que ali surgisse e não tenha surgido noutros bairros de forma a que, talvez induzido através da ação da autarquia, pudéssemos ver replicado esse fenómeno cívico e que justificadamente deve merecer o nosso aplauso e faça-o com esta intervenção.

Terceiro e último ponto e também por razões compreensíveis, acho que este período deve ser utilizados para fenómenos iminentemente local, mas respeito quem assim não o entenda. Mas há algo que tem uma dimensão nacional e que eu penso que Aveiro deve ser protagonista e tem pergaminhos para o ser que é, na sequência do último debate quinzenal na Assembleia da República, o Sr. Primeiro-Ministro voltou a invocar a sua qualidade de ex-presidente de Câmara para referir que está profundamente empenhado, pela experiência que teve como presidente de Câmara, com as comemorações dos 40 anos do poder local, e que o país reconheça finalmente que está muito aquém do que poderia estar no que diz respeito à descentralização. E portanto anunciou que é seu propósito relançar um conjunto de iniciativas que visem reforçar as competências do poder local. Mas reforçando essa competência reforçando também o envelope financeiro, reconhecendo que as autarquias estão muito aquém da participação nas receitas públicas do Estado do que deveriam estar.

E eu acho que (e era um repto que eu lançava à presidente em exercício da assembleia, mas também ao presidente da Câmara) de algum modo Aveiro pudesse ser também um espaço de reflexão e que pudesse contribuir.

E o Senhor Presidente da Câmara reconhecidamente também tem funções supramunicipais e, portanto, pode ser também um agente dessa reflexão. Que entre outras, o Sr. Ministro-Adjunto referiu, nos últimos seis meses, o Programa 20-20 passou a contemplar verbas para as autarquias que neste momento (os concursos que foram abertos) ascenderão a perto de mil milhões de euros, no sentido de dar também seguimento ou reconhecimento a essa realidade. E portanto, confesso, não sei exatamente como, para além do imediatismo de sugestões de referências, mas mais do que isso Aveiro poder-se constituir como polo agregador, porque sempre foi, ao longo destes 40 anos.

Ao longo destes 40 anos Aveiro por diversas vezes serviu de motor e de exemplo para outras autarquias e, portanto, penso que também seria uma oportunidade de comemarmos os 40 anos de Poder Local de algum modo estando à altura desse histórico. Era só. Obrigado.”

Vogal Fernando Marques (PPD/PSD)⁰¹⁵

Vogal Manuel Prior (PPD/PSD) — Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:⁰¹⁶

“Boa noite Senhor Presidente da Mesa. Boa noite Senhor Presidente da Câmara, Srs. Vereadores. Desejávamos neste período de antes da ordem do dia dar uma palavra de apreço e de felicitação ao Beira-mar pelo seu desempenho desportivo que permitiu ao clube uma bandeira aveirense na subida de divisão ao patamar desportivo acima.

Queremos crer que este desempenho desportivo mais não é que uma caminhada desportiva difícil, mas que vai domingo a domingo espalhando os valores aveirenses por essas terras fora.

Neste período de antes da ordem do dia surgiu-me agora aqui dúvida nos textos que estive a ler e desejava fazer uma pergunta ao Senhor Presidente da Câmara. Li num jornal de ontem uma intervenção do senhor Presidente da Associação Nacional de

Municípios Portugueses, presidente da Câmara de Coimbra, sobre a Parque Escolar no Programa 20-20 em relação às novas escolas ou à reabilitação das escolas, e lemos o seu desagrado pelo Governo estar a fazer uma seleção ou triagem das Câmaras e dos projetos que são financiados, que ao contrário do que diz a lei deviam ser financiados pelo Orçamento do Estado e que estavam a ser apoiados e escolhidos os projetos que as Câmaras garantissem pagar os quinze por cento. Desejava que o Senhor Presidente esclarecesse.”

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:⁰¹⁷

“Peço desculpa pela minha incapacidade vocal, mas vou procurar ser o mais claro possível. Em primeiro lugar uma nota sobre esta matéria da Escola Pública. Eu não vou marchar, tenho uma agenda muito cheia, temos um dia muito intenso, mas quero deixar clara a minha e a nossa defesa total da Escola Pública, quer aquela que é pública e gerida diretamente pelo Estado, quer aquela que sendo privada presta serviço público por contractos que tem com o próprio Estado. E inclusivamente com aquelas que sendo privadas, não tendo contracto com o Estado, são escolhidas por cidadãos portugueses para fazerem formação aos seus filhos.

Eu dou um “viva” a toda a gente porque, de facto, é essa oferta diversa que tem sido opção de todos os governos do país, que tem sido a opção dos portugueses, portanto, essa escola total que presta serviço público tem a minha absoluta homenagem e solidariedade e estamos todos a trabalhar para que ela seja o melhor possível. E é aqui que eu gostava que a manifestação de amanhã e tantas coisas que temos feito todos os dias em relação à Escola Pública gerida diretamente pelo Estado que pudesse ser mais importante que a manif de amanhã. E tem a ver com a sua qualidade, com termos, de uma vez por todas, dinheiro para darmos qualidade aos edifícios que não têm qualidade. O valor que o país já gastou é muito grande e muito relevante. Além do mais vimos terminar há poucas semanas, no nosso município, uma grande e importante obra de ampliação e qualificação da nossa Escola Mário Sacramento, mas, de facto, o nosso município tem ainda um passivo, que em valor custa qualquer coisa como vinte milhões de euros e que nós precisamos muito de tratar rapidamente. Essa qualidade é uma qualidade premente e não é só no nosso Município. É evidente que o nosso Município em relação a outros atrasou-se demais mas ainda há coisas para fazer na qualidade da Escola Pública gerida diretamente pelo Estado. Por outro lado pegar já na questão, fica arrumada, que o Manuel Prior acabou de referenciar e que foi a crítica do Presidente da ANMP, por deliberação do Conselho Directivo da passada terça-feira, no qual eu participei, e que tem uma nuance à qual a comunicação social deu muito destaque, e uma segunda que eu diria tão ou mais importante que a primeira à qual a comunicação social não deu destaque; houve um ou outro artigo que tinha um parágrafo, mas título não fez e ficou muito perdida, essa segunda questão, por força da importância da primeira. E isto é, de facto, a tal luta pela qualidade da Escola Pública gerida diretamente pelo Estado que temos que fazer. A crítica do Presidente da ANMP tem só a ver com isto: nós temos uma verba pequena para qualificar escolas secundárias e EB 2,3. Não chega aos duzentos milhões de euros no Portugal2020. Como sabem, é uma crítica nossa, clara, com o Governo anterior e com o actual, esta verba é excessivamente reduzida, tem que ser aumentada e estamos a lutar para que em sede de reprogramação do quadro esta matéria seja profundamente alterada. Mas temos duzentos milhões. É muito dinheiro? No nosso caso temos a qualificação da João Afonso de Aveiro e temos a qualificação da Jaime Magalhães Lima.

Agora vejam isto. Acordámos, nós Associação Nacional de Municípios com o Governo anterior e com o actual Governo, em reuniões com o seu mais alto responsável, com o Primeiro-ministro, que para estas obras os quinze por cento da contrapartida nacional são pagos pelo Orçamento do Estado. Mais... dissemos ao Governo anterior e especialmente ao actual que não se preocupassem com o Orçamento de Estado de dois mil e dezasseis porque o montante necessário para cofinanciar as intervenções é irrelevante porque ninguém vai ter que pagar muito mais que parte dos projetos. Agora... que cuidassem bem do valor de dois mil e dezasseis, dezoito e dezanove porque aí sim vai haver expressão de obra o que quer dizer expressão de execução financeira. O que tem estado a acontecer nas duas últimas semanas é inacreditável, inadmissível; desde termos sido chamados, nós dirigentes da ANMP, a uma reunião com quatro membros do Governo, dois ministros e dois Secretários de Estado, para nos dizerem que não tinham dinheiro e que tinham que ser os municípios a pagar os quinze por cento. Tivemos uma reação brutal, não pública; isto agora veio a público porque se esgotou o campo da negociação dentro de portas. Essa situação, invocando o compromisso do Primeiro-ministro, não estamos aqui a fala de conversa, do actual Primeiro-ministro não estamos a falar do anterior, provocou uma alteração de comportamentos das Direções-regionais, passaram a dizer-nos que afinal não era quinze por cento mas sim sete e meio por cento, sete e meio para vocês e sete e meio para nós, com uma chantagem: quem não tiver as operações lançadas até outubro de dois mil e dezasseis perde os financiamentos. O que é uma coisa inacreditável porque os contractos que nos garantem financiamentos têm uma validade de cinco anos. Portanto, este acto do Presidente da ANMP, é um acto grave politicamente, mas é um acto de chamar a opinião pública, pressionar o Governo porque o que o Governo está a fazer a este nível é inadmissível e inaceitável. Mas há uma segunda questão que pertenceu à mesma declaração do Presidente Manuel Machado mas que, de facto, não teve muita repercussão na comunicação social. Está numa outra notícia, repito, embora sem grande relevância. Tem a ver com a utilização das verbas da chamada prioridade de investimento número dez ponto um e que tem a ver com os processos e os projetos de combate ao abandono escolar e de promoção do sucesso escolar. Essas matérias estão nos contractos com as Comunidades Intermunicipais, foi uma negociação muito pesada da ANMP com o Governo anterior, todos os contractos estão assinados, está toda a gente a trabalhar há muito tempo, estamos a falar entre Julho e Agosto do ano passado, está toda a gente a trabalhar com muita gente, uns com os próprios recursos, outros com prestações de serviços com empresas que foram contractar, com movimentos brutais, e, de repente, o Governo vem dizer que esse dinheiro é para nós gastarmos a pagar as despesas do Ministério da Educação para promover o combate ao abandono escolar e a promoção do sucesso educativo. E nós dissemos “mas esperem aí, nós temos aqui um contracto, estamos a trabalhar há quase um ano e agora vocês vêm dizer que o dinheiro não é nosso? Como é? E não temos que liderar este processo porque decidiram ou alguém que comanda o ministério por fora que agora este dinheiro não é para ser gerido como está contratado, seguramente em parceria institucional com o ministério da Educação e com as escolas?”. Já percebemos, há muito tempo, que o problema do abandono e do insucesso escolar não é um problema da Escola. É, obviamente, um problema que tem o seu centro na escola mas é também um problema da sociedade, é um problema da comunidade, é um problema das famílias, é um problema da qualidade da nossa coesão social. O Governo vai ter que tomar uma decisão. Ou se senta à mesa das negociações e diz “para o lixo o que vocês fizeram; faremos um acordo ou renunciemos o contracto porque nós não vos queremos a liderar este processo”, ou se mantém o que estávamos a fazer e que era liderar o processo, a tratar de tudo, em equipa com os agrupamentos, com toda a

gente, o que é fundamental. É um problema muito complexo, muito grave, está já marcada uma reunião porque infelizmente isto é assim, o Presidente Manuel Machado veio à praça e no dia a seguir foi marcada uma reunião com o Governo para tratarmos desta matéria. Portanto, a reunião está marcada, eu próprio estarei, para tratarmos destas duas patologias que são muito graves e que são muito importantes. Eu peço a todos nós que somos seguramente apoiantes da Escola Pública mas que a queremos com qualidade que ajudemos nestas duas causas tão importantes para a qualidade da escola pública e do serviço que ela presta aos nossos estimados concidadãos.

Uma segunda questão que queria partilhar tem a ver com a questão das portagens que o Ernesto Barros suscitou. Só para dar nota que o Sr. Primeiro-ministro anunciou, no debate que o Filipe Neto Brandão há pouco referenciou, que ia haver uma redução do valor das portagens nas ex-scuts até ao verão. Ainda hoje fiz uma peça com a Lusa e que está em vários órgãos de comunicação social. Pediram-me para comentar isso e eu disse que era muito difícil comentar uma coisa que dita dessa maneira pode ser tudo e pode não ser nada. Até fiz um exercício de simulação especulativa dizendo que se a redução for de um por cento é ridícula e não serve para nada; se for de dez por cento também não serve para nada; se for de cinquenta por cento já é uma coisa muito interessante. Dizer apenas “redução” isto não interessa para nada. Relembrei as posições da Comunidade Intermunicipal da Região de Aveiro na defesa da isenção total no pagamento de portagens nos circuitos intra NUT III, defendemos e continuamos a defender; da isenção total do pagamento na autoestrada A25 porque não tem alternativa objetiva. Portanto, relembrei posições que vimos apresentando aos governos todos e relembrei que mandámos a nossa posição formal ao novo Governo, ao actual Governo, com um pedido de audiência em Fevereiro mas até à data nem resposta à posição, nem marcação da audiência, e o ofício foi enviado ao Primeiro-ministro, ao Ministro-adjunto, ao Ministro do Planeamento e Infraestruturas e ao Secretário de Estado das Infraestruturas. Há uma reunião marcada proximamente e esperemos que esta matéria seja abordada, embora a temática com o Secretário de Estado não seja esta, é uma outra, mas poderemos aproveitar, já que mais ninguém fala connosco sobre isto, para falarmos com ele. É neste ponto que estamos. A ver vamos da redução mas nós entendemos que o conceito está errado, temos problemas gravíssimos no território, no nosso território, com o que se passa na EN109, problemas gravíssimos de segurança, de fluidez, e é um absurdo causarmos prejuízos aos cidadãos, às empresas e ao Estado, por não usarmos quando nos deslocamos intra NUT III uma autoestrada que está muitíssimo subaproveitada e todos temos disso clara consciência.

Permitam-me só uma outra observação em relação à intervenção do Filipe Neto Brandão sobre a descentralização. Estamos todos bem dentro desta matéria. Aqui tenho que usar a minha condição de primeiro vice-presidente da ANMP. Nós estamos a trabalhar com o Governo mas estamos à espera que o Governo nos apresente um pacote para nós discutirmos. Nós apresentámos já todas as posições que são nossas, de nós todos, porque estão aprovadas pelo último congresso da ANMP. Não são as minhas, de A ou B, são as nossas todas que aprovámos no último congresso que realizámos, no ano passado, em Tróia. Portanto, está tudo apresentado, eu estive na reunião em que apresentámos tudo ao Primeiro-ministro, aos Ministro-adjunto, já levámos também ao Presidente da República. O que é que falta? Falta a parte do Governo. O princípio político está acolhido e bem acolhido, já vos falei aqui da proposta do Governo. Esta ano discutir e fechar politicamente o dossier, durante o primeiro semestre do próximo ano fechar o processo legislativo para que aqueles que forem candidatos autarcas em dois mil e dezassete saibam com que quadro legislativo novo é que vão trabalhar. Mas na última entrevista do ministro Cabrita ficámos todos aflitos. Porque o ministro Cabrita

veio falar claramente em vários aspectos da descentralização mas quando o jornalista lhe pergunta sobre a Lei das Finanças Locais ele embrulhou-se um bocado mais e disse “bom, essa matéria eventualmente precisa de mais tempo”. Descentralização sem revisão da Lei das Finanças Locais é como uma Assembleia Municipal sem capacidade de falarmos uns com os outros, é um completo absurdo. Depois dessa entrevista chamámos a atenção do Governo que descentralização não é a eleição dos presidentes das CCRs e a eleição dos presidentes das Áreas Metropolitanas. Não é isso, isso não é descentralização. Podem ser aspectos importantes, uns concordam, outros não concordam; pois com certeza, vamos lá discutir. Mas isso não é a descentralização. Nós, por exemplo, já protestámos porque queremos que as competências de pleno direito das Áreas Metropolitanas possam ser também exercidas pelas Comunidades Intermunicipais que entendam por bem. Aveiro que é um dos melhores exemplos, para não usar o singular, ao nível da gestão intermunicipal porque é que não havemos de ter possibilidade legal e política de usarmos a condição máxima que a lei disponibilizar? E nós queremos, obviamente, fazê-lo. Portanto, Filipe Neto Brandão, estamos ao dispor, empenhadíssimos, podemos discutir mais, vamos lá embora fazer aí não sei mais o quê. Mas já temos tanta discussão, tantas posições, e neste momento o que falta é o Governo pôr a sua proposta e discutimo-la no quadro das nossas mas reconhecendo a proposta do Governo. Aveiro também tem exemplos. Neste momento somos o único Município do país a executar contractos de delegação de competências na área da cultura e dos museus. Foram assinados mais quatro mas nenhum está a ser executado, só em Aveiro. Estamos, e está assumido por nós, autarcas e pelo próprio Governo, pelo Sr. Ministro do Ambiente, a delegação das competências na área da gestão da Ria de Aveiro e da gestão costeira. Está assumido publicamente, com clareza, por toda a gente. Nós, Município de Aveiro e nós Região de Aveiro, estamos, de facto, na linha da frente da descentralização. Mas não estamos a falar só de conversa, estamos a falar de coisas que estão em operação ou em coisas em estado muito adiantado de negociação como é o caso desta matéria ligada à Ria de Aveiro.

Quanto aos concursos. O grande problema dos concursos é que é a primeira vez que toda a gente sabe dos concursos. Nos quadros comunitários anteriores ninguém sabia dos concursos. E porquê? Porque não havia o circo mediático. Os concursos abriam normalmente. O que é que era notícia? Era quando nós aprovávamos as candidaturas e íamos assinar os contractos de financiamento. Agora, abre-se um concurso e pumba... três Ministros, dois Secretários de Estado, os Srs. Presidentes de Câmara, etc. O nosso PEDUCA foi assinado pelo nosso Vice-presidente Jorge Ratola, há dias, na Feira, no dia trinta e um de Maio. Nunca na vida, num banal contracto administrativo que ainda não é nada em termos de pormos as mãos na massa, como diz o nosso povo, é zero, daqui só em burocracia a vencer, já não estou a falar do trabalho de projeto, lá falaremos sobre isso mais à frente, avisos que ainda têm que sair, capacitação legal dos municípios, etc., é um mundo, dizer que já estão disponíveis os milhões, as centenas de milhão dos PEDUs, não é verdade. Está na nossa mão e está reservado formalmente. É verdade, sim senhor. Está ao dispor financeiramente? Muito longe. Vão ser penosos meses. Vamos começar a fazer despesa, nós já estamos nomeadamente de projeto, e dinheirinho “viste-o”. Vamos ter que andar à frente ao nível da execução da despesa.

Duas notas finais de exceção para duas questões que pertencem à actividade municipal mas que pela sua natureza devo abrir uma exceção à minha regra para partilhar aqui. Primeiro, em relação ao CMIA. Basicamente para reiterar o convite a toda a gente para a inauguração no próximo domingo, às seis da tarde. É uma grande conquista, reabilitámos uma velha ideia, uma ruína vergonhosa, um processo inadmissível gerido com os pés pela nossa Câmara, mas conseguimos resolver tudo, dar-lhe uma vida nova,

inventar um processo expositivo, todo o conteúdo e toda a vida, isso já é uma invenção completamente nossa, num trabalho brutal de equipa. De facto, com esta ideia nova que o Miguel Silva também referenciou e que ali é o edifício sede do CMIA mas o CMIA também tem o cais da Ribeira de Esgueira, o Parque do Carregal e o Parque de Requeixo que são também formas de darmos mais importância comunicacional a esse elementos tão importantes da qualificação que tivemos recentemente do nosso território. Quanto à CPCJ, Sra. Dra. Maria da Luz, eu acho que lhe continua a ficar muito mal a sua baralhação de ser funcionária da Câmara, ser representante de um partido político e vir com este tipo de coisa que lhe ficam eticamente muito mal. A Câmara Municipal é a instituição da CPCJ que mais apoia a CPCJ em recursos financeiros, em recursos humanos e em recursos logísticos. A Câmara Municipal tem a maior respeitabilidade, gosto, trabalho, empenhamento, na CPCJ e assim vai continuar a ser. Não vale a pena a Sra, e outras porque a Sra. não está sozinha, continuarem a tentar meia volta, volta e meia, arranjar politiquice à volta da CPCJ, como mais uma vez aqui tentou fazer.”

Ponto 1 – Apreciação e votação dos Contratos Interadministrativos de Delegação de Competências entre a Câmara Municipal de Aveiro e as Juntas de Freguesia de Aradas, Cacia, Eixo/Eirol, Esgueira, Glória/Vera Cruz, Oliveirinha, Requeixo/N^a Sra de Fátima/Nariz, Santa Joana, São Bernardo e São Jacinto, para o 2º Semestre de 2016.

(A deliberação tomada pela Câmara Municipal na reunião ordinária pública, realizada em 08/06/2016, sobre o assunto em epígrafe, foi distribuído a todos os membros desta Assembleia e faz parte do original desta acta, em anexo).

De seguida a Presidente da Mesa em exercício⁰¹⁸ deu a palavra ao Presidente da Câmara para apresentação do ponto em epígrafe.

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:⁰¹⁹

“Uma nota breve sobre esta matéria. No quadro da gestão da Câmara Municipal, este objectivo de contratualizarmos delegações de competências com as nossas juntas de freguesia é um objectivo assumido. Há de início do mandato, naquilo que foi a ambiência da candidatura e naquilo que essa candidatura se formou por força dos nossos concidadãos. Portanto tivemos durante todo este tempo um espaço de trabalho para que conseguíssemos chegar à competência financeira e legal para darmos este passo.

Este passo é possível em primeira instância por razões de natureza financeira dado que a nossa Câmara Municipal não tendo ainda visado e por isso não tem implementado o nosso programa de ajustamento municipal (ele está parcialmente implementado como temos todos boa nota disso), nós não podemos dar este passo antes, mas conseguimos libertar recursos financeiros e aliás, hoje temos mais um ponto, não diz nada de novo mas soma os relatórios de contas que já abordámos aqui na nossa Assembleia de Abril, mas a questão que interessa é a capacidade que tivemos nomeadamente em 2015, que não viveu só de si, pois viveu também de 2014, de disponibilizar recursos financeiros. Nos exercícios de realizar ganhos na despesa e ganhos na receita. Portanto foram importantes nessas duas componentes da estrutura orçamental para nós termos recursos financeiros disponíveis para nós fazermos agora várias coisas. Neste fazermos várias coisas, por força da recusa do Visto do Tribunal de Contas que recebemos no final de janeiro em relação ao PAM, ao qual apresentámos recurso no dia 12 de fevereiro, cumpriram-se agora os 4 meses sobre essa data, nós decidimos tomar um conjunto de

medidas extraordinárias, para gerirmos este tempo muito complexo em termos legais e delicado em termos financeiros porque temos que dar destino à disponibilidade financeira que gerámos e vamos continuar a gerar, e então decidimos tomar um conjunto de medidas extraordinárias de gestão, no tal despacho de 20 de Março, que pela sua capital importância legal e política, colocámos como proposta anexa, que a Câmara já aprovou e está aqui hoje à consideração da Assembleia Municipal. A questão é nós verificarmos em que temos limitações legais de ação porque não cumprimos a lei dos compromissos. Não cumprimos a lei dos compromissos por causa do tamanho grande da nossa dívida que não nos permite ter fundos disponíveis positivos o que não nos permite ter plena autonomia para fazermos despesas da tipologia que bem entendermos. E isso restringe-nos à tipologia enquadrada no artigo 3.º da lei FAM que são os chamados serviços públicos essenciais. A verdade é que com o andar do tempo nós vamos tendo cada vez mais dificuldade de gerir as entidades a quem devemos dinheiro e de gerir a falta de uma participação mais ativa no serviço aos cidadãos feito pelas nossas juntas de freguesia, que para ser possível precisa desta delegação de competências com envelope financeiro feito em acordo com a Câmara Municipal. E portanto legitimamos legalmente e politicamente aquilo que é possível com a capacidade financeira que a Câmara já tem. Então fizemos uma leitura que está expressa de uma forma o mais clara possível nos considerandos dos contratos, eles são todos iguais na sua estrutura e depois diferenciam-se nas tipologias da despesa e nos montantes afetos a cada um, para referenciar que esta tipologias (pela nossa análise obviamente) se inserem na tipologia de serviço público essencial e salubridade pública. Quisemos acentuar as questões de salubridade pública porque obviamente não sendo a lei absolutamente explícita a esse nível, nós entendemos que ela está lá no espírito, porque obviamente nós não podemos estar a tratar de qualidade de arruamentos que é serviço essencial de forma clara e não tratar a berma e a vala que está ao lado que é fundamental para que a água da chuva circule, para que haja salubridade no espaço público, para não andarem lá os bichinhos que fazem mal às pessoas e o lixo que se acumula nas ervas que crescem nos passeios quando nós não agimos sobre elas.

Portanto com este conceito, deixando também claro nos considerandos dos contratos, que nós defendemos uma delegação de competências muito mais vasta, com outras tipologias de despesa, e referenciamos algumas como exemplo e lá queremos chegar o mais rapidamente que seja possível, nós neste quadro, decidimos dar este passo.

Obviamente que este passo tinha um passo prévio obrigatório. Era folgar financeiramente as nossas juntas de freguesia, na sua capacitação financeira e também na sua credibilização do mercado porque têm dívidas com o mercado dos incumprimentos da Câmara para com elas. E portanto no dia 15 de Abril pagámos metade da dívida, cerca de 550 mil euros de uma dívida que é sensivelmente o dobro, precisamente para capacitar financeiramente as juntas de freguesia. Um compromisso que sabemos estar cumprido de pagamento de dívida. E portanto esse era um passo prévio obrigatório para agora darmos este passo. Mas como sabemos que as nossas juntas não têm a folga financeira normal, necessária, para dar o passo da forma tradicional, estes contratos têm um passo de forma não tradicional. O que é normal nos contratos é a definição das competências, a definição do quadro financeiro, a execução e com o relatório de execução demonstrado, fazer-se a transferência financeira ou seja o pagamento. Por força da condição que a maior parte das nossas juntas de freguesia têm de não existência de folga de tesouraria fizemos ao contrário.

As dotações financeiras serão divididas em três partes e cada um desses terços é transferido no início de cada período bimensal, para que as juntas de freguesia tenham

em caixa, tenham a sua conta, o dinheiro necessário para gastarem da execução da delegação de competência durante aquele período de dois meses.

Findo esse período é apresentado um relatório de execução que estamos a montar num formato muito simples devidamente validado por que é a entidade delegante, e feito esse procedimento é libertado imediatamente o montante do terço seguinte para se manter o mesmo preceito da transferência financeira ser feito à frente da execução. Obviamente que isto também quer dizer o princípio de confiança entre as partes para podermos dar este passo. Ao lado de uma história que não nos ajuda.

Nós no passado em termos de delegação de competências temos uma história que não nos ajuda a definir com mais pormenor e mais rigor o metro quadrado de espaço verde ou metro linear de valeta, a transferência financeira.

E portanto, queremos também (e isso está assumido) que este período de 6 meses e não vai ser 6 meses porque fixamos como objetivo entre as 11 partes termos este trabalho terminado até final de outubro de 2016, foi o compromisso que fixámos entre todos, e obviamente esta aprendizagem que vamos ter será seguramente muito útil para fazermos melhor, com mais rigor, com uma ligação mais forte às aprendizagens da gestão porque obviamente queremos fazer bem todos.

Portanto é com esta estória clara, que tem clareza, rigor formal, rigor financeiro r clareza política, mas que não esqueçamos que tem lá dentro algo de risco que nós aprovávamos com todo gosto e com toda a clareza no executivo municipal e que trazemos à Assembleia Municipal com a mesma alegria, com o mesmo rigor, com a mesma chamada de atenção, clara e cristalina para esta proposta. Com um objetivo único absoluto. Na soma das capacidades das nossas instituições envolvidas, Câmara e as nossas 10 juntas de freguesia, prestarmos melhor serviço público aos nossos concidadãos, obviamente é isso que está em causa, embora estejamos bem conscientes que prestando bem serviços nestas áreas, obviamente estaremos a ajudar a Câmara e as Juntas a prestarem também melhores serviços noutras áreas que não estão neste contrato, mas obviamente também ganham por ver qualidade na gestão destes contratos. Esse é objetivo principal. É o objetivo primeiro, último e principal, destas 10 propostas de contrato que aqui trazemos. E obviamente com toda a clareza também quero deixar aqui perante a Assembleia, perante todos. Perante os nossos presidentes de junta está feito o agradecimento público, pela lealdade, pela clareza, com que fizemos este trabalho.

E obviamente deixar também nota pública do crédito de confiança de 100 por cento que temos na parceria, para partirmos para a execução, com a certeza de que o que correr mal a fortaleza da parceria estará atenta e ativa para corrigir aquilo que serão os erros que seguramente aparecerão nesse percurso. Somos todos seres humanos e temos todos uma operação de aprendizagem que é objetivamente pioneira.

Mas é nessa dupla situação de agradecimento e de depósito de confiança que nós trazemos estas propostas à nossa assembleia municipal. Sabendo que o processo também corre na Assembleia de Freguesia e Juntas de Freguesia. Numa já acabou noutras prosseguirá até ao dia que definimos no nosso cronograma, que é o dia 24 de julho próximo. Obrigado.”

Membros da Assembleia

Vogal António Moreira (PCP) — Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:[020](#)

“É salutar o pagamento de dívidas às Juntas. Era inadmissível e inaceitável que essa situação ainda estivesse acontecer. Infelizmente era prática comum que era feita a delegação de poderes às juntas e as juntas não recebiam o dinheiro. Portanto era

impossível sequer ter as ações feitas e, portanto, por parte do PCP apenas dizer que esperamos que isto fomente a autonomia do poder local e o crescimento do poder de decisão das juntas — que é de facto o órgão mais próximo de todos os cidadãos e que tem de ser tratada com todo o respeito. Algo que não aconteceu nos últimos anos aqui em Aveiro. Obrigado.”

Vogal Rita Baptista (BE) — Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:[021](#)

“Senhora Presidente, o Bloco de Esquerda quer reafirmar a importância das Juntas de Freguesia enquanto órgãos da democracia e prestadoras de serviço público.

É por isso que a nossa primeira palavra é sobre o processo de extinção de freguesias do anterior governo que afetou várias Juntas de Freguesia no concelho. O PSD e o CDS, no país e em Aveiro, aprovaram a extinção de várias freguesias. Foi um processo de costas viradas para a população e que em nada beneficiou os cidadãos, o serviço público e o erário público.

Hoje, a poucos dias do Centenário da criação das Juntas de Freguesia, juntamos a nossa voz à de muitos e muitas que lutam pela democracia local e pela revogação da reforma de Miguel Relvas.

Da leitura da documentação não podemos deixar de registar que se inscreveu na mesma a vingança do PSD e do CDS em relação ao seu próprio passado. Refere-se a grande dívida da Câmara Municipal para com as juntas de freguesia e critica-se ainda a falta de experiência da autarquia no que diz respeito à delegação de competências.

É já um disco riscado da governação de Ribau Esteves. Chegou a Aveiro como o Super-Presidente, mas à falta de obra tenta o papel de super-oposição ao PSD e CDS do passado, na tentativa de justificar a sua inatividade.

Devemos dizer que a auto-comiseração não resolve nenhum problema dos Aveirenses.

A austeridade preconizada por este Executivo apenas agrava esses problemas. O FAM é dado como a base para esta delegação de competências — e é uma péssima base.

O FAM ainda não foi aprovado pelo Tribunal de Contas, mas como é o guião para austeridade, assume-se o alfa e ómega deste executivo em todos os documentos e em todas as decisões.

A dívida da Câmara para com as Juntas de Freguesia era e é incompreensível e limitadora da democracia. É uma herança financeira mas também política do PSD e do CDS. O presente executivo não resolveu o problema, apenas criou outro, aumentando os impostos para o máximo, para transferir a dívida às Juntas para o FAM. A dívida continua cá. Os impostos e as taxas são agravados.

O Bloco de Esquerda defende o princípio da subsidiariedade. As decisões e os serviços devem ser tomados e prestados pelo órgão que esteja em melhores condições de o fazer de acordo com a sua capacidade e proximidade às populações. Há obviamente a condição de se tratar de órgãos democraticamente eleitos e de existir a garantia de financiamento adequado para esses serviços públicos.

Neste contexto concreto, consideramos importante a realização de delegação de competências em diversas áreas relacionadas com o espaço público às juntas de freguesia. Consideramos ainda que as Juntas devem ser dignificadas neste processo.

No entanto este processo tem um enorme problema para a constituição de um serviço público e para a prestação desses serviços. Trata-se de uma delegação de competências com definição de verbas para seis meses. Ora, uma delegação de competências deve partir de uma base de definição orçamental plurianual para que se veja algum efeito.

A posição do Bloco é clara: é favorável à delegação de competências para as Juntas de Freguesia. E é por isso que consideramos claramente insuficiente e mesmo atentatório

dessa delegação uma previsão orçamental para apenas seis meses. Dotações orçamentais semestrais, sem previsão plurianual, atenta contra a independência das juntas de freguesia. Como pode uma Junta de Freguesia constituir um serviço para levar a cabo essas competências se não tem um plano de financiamento plurianual? Como pode uma Junta adquirir equipamento e formar técnicos se as verbas asseguradas são apenas para seis meses? Convenhamos que de facto não faz muito sentido.”

Vogal Jorge Nascimento (JPA)⁰²²

Vogal Miguel Silva (CDS) — Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:⁰²³

“É com enorme satisfação que aguardamos hoje a aprovação das delegações de competências para com as juntas de freguesia. No nosso caso específico esta delegação de competências irá permitir execução de trabalhos essenciais, numa freguesia tão extensa, com características rurais. Só para termos noção, caminhos rurais são mais de sessenta quilómetros, mas irá permitir que se trate de melhor forma as nossas estradas e os nossos espaços verdes. Sabemos que a Câmara Municipal gostaria de delegar mais competências, mas a lei não o permite. Com certeza que após estes seis meses estas competências serão alargadas e aprofundar esta relação de proximidade.

Para finalizar dizer que na minha experiência de quase oito anos será a primeira vez que a verba será transferida antes da execução dos trabalhos. É a primeira vez. Realmente muito obrigado.”

Vogal Paulo Marques (CDS)⁰²⁴

Vogal Jorge Nascimento (JPA)⁰²⁵

Vogal Paulo Marques (CDS)⁰²⁶

Vogal João Barbosa (PS) — Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:⁰²⁷

“Muito obrigado Senhora Presidente. Eu começo por chamar aqui atenção que há certas coisas que me custam ouvir. Até porque estou noutra fase, porque tenho outro feitio. Aquilo que eu vi no último mandato e principalmente sobre o último ano do mandato, eu até podia dizer porque estava à vontade para o dizer. Agora o que me custa ouvir é dizerem que tiraram os tapetes aos presidentes de junta!?! Porque isso não é verdade. Porque se não havia tapete ninguém o podia tirar. Todos sabíamos que não havia tapete. Eu era presidente de junta e estou à vontade para poder dizer isso.

E muitas pessoas aqui sentadas nestas bancadas têm responsabilidade de muita coisa que aqui foi aprovada. E quando se deita abaixo só por deitar acho que não é ético, principalmente quando se beneficiou dessas situações. Mas que fala, fala, muitas das vezes eu também falo e não deva dizer o que digo, mas estar sempre a dizer as mesmas coisas não dignifica.

Quanto a estas delegações de competências gostava de pedir um esclarecimento ao Senhor Presidente. Não está em causa a delegação de competências. Ainda bem que as fez dentro das possibilidades da Câmara tem de as fazer.

Mas eu reparei na distribuição de valores pelas freguesias tem a definição financeira clara. E sendo o Senhor Presidente rigoroso nestas distribuições, até numa atitude clara e cristalina, chama-me atenção pelo que li e vejo há falta de informação sobre a execução. A execução quanto a mim devia ter vindo com a quantidade de obra em metros quadrados a realizar. Porque estes valores devem ser definidos em metros quadrados. Mas aqui não vem.

Temos os valores mas falta-nos qualquer coisa do conhecimento que são as regras. Eu vou dar exemplos. Calhou aqui na freguesia da Vera Cruz/Glória e vejo assim: valetas e o valor que existe. Mas eu pergunto — aquele valor é para quantos metros quadrados? Depois pequenas reparações em bermas e passeios. Idem. Então uma coisa que me chama muita atenção. Manutenção de jardins e espaços verdes. Ora isto na Vera Cruz/Glória eu nem sei se é um jardinzinho ou um jardim porque não define qual é a qualidade dos jardins. E sanitários públicos são dois ou quatro? Porque temos dois e mais dois. E se nestes sanitários é só as limpezas ou se tem reparações e se vão passar a trabalhar ao sábado e ao domingo. É só isto.”

Vogal Jorge Nascimento (JPA)⁰²⁸

Vogal João Barbosa (PS)⁰²⁹

Vogal Francisco Picado (PS)⁰³⁰

Vogal Manuel Prior (PPD/PSD) — Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:⁰³¹

“Vou falar antes dos presidentes de Junta do PSD para lhes deixar a eles o palco principal neste ponto pois na nossa bancada a eles cabe o palco principal. E deixava desde já aqui um desafio apara que eles, presidentes de junta não só do PSD se manifestassem aqui dobre este ponto, porque este é um ponto que acho que ficava mais valorizado se todos os presidentes manifestassem aqui a sua concordância ou não concordância para com este documento e se estão verdadeiramente de acordo com ele ou não.

E então passando à intervenção para nós nesta bancada este é um passo muito importante. É um ato extraordinário deste executivo no atual momento financeiro no actual momento de muitas dificuldades financeiras fazer este acto de despreendimento de delegação de competências. Este acordo é feito com todas as juntas de freguesia. Juntas de freguesia que suportam o executivo e as que não suportam o executivo.

Este passo só possível devido à boa gestão do exercício de 2015. Exercício esse que permitiu poupar fundos que permite agora pagar 50 por cento das dívidas da Câmara Municipal às Juntas e a elaboração deste protocolo de delegação de competências.

Estas transferências não vão do nosso ponto de vista alegrar o dia-a-dia das juntas de freguesia. Vão sim capacitar as mesmas para que estas nos seus serviços de proximidade possam melhorar o serviço que prestam aos cidadãos aveirenses.

Para terminar esta minha intervenção desejar deixar aqui um apelo a toda esta Assembleia e a todos os deputados que acompanhem o voto da totalidade dos senhores Presidentes de Junta.”

Vogal Paiva Martins (PPD/PSD) — Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:⁰³²

“Muito obrigado. Finalmente chegámos à tão longamente desejada delegação de competências. Ora bem. É de todos sabido (e falo em nome da minha junta) em concreto na minha junta chegámos agora ao fim de um ciclo. E este ciclo teve momentos muito difíceis. Tivemos momentos de uma carência financeira enorme e foram momentos muito difíceis. Mas há uma coisa que eu tenho de fazer justiça à Câmara Municipal. A Câmara Municipal prestou-nos um apoio permanente, leal, eficaz, e vai-se ver a junta da freguesia de Aradas e nós não devemos nada a ninguém. Pagamos a trinta dias, pagamos pontualmente ao pessoal, e penso que a freguesia está apresentável, não está ótima, nunca estrará na vida, mas está perfeitamente apresentável em termos de habitabilidade e urbanabilidade e salubridade para as pessoas. Eu tenho o dever de agradecer a extrema colaboração que tenho recebido da Câmara Municipal de Aveiro.

Vamos agora para um novo ciclo que é exigente. Que é exigente. E que põe pessoalmente exigência. Eu não faço ideia se a verba vai ser curta ou comprida, nós vamos fazer a experiência. Mas há uma coisa que me preocupa muito que são os compromissos que assumimos de executar trabalhos e a capacidade de os executar. Porque as capacidades de pessoal e meios da junta são limitados. E hoje é muito difícil arranjar trabalhadores através do Centro de Emprego — é extremamente difícil. E aí é que está a dificuldade que eu tenho em avançar para esta etapa. Mas eu gosto de desafios. E os desafios é que são estimulantes. Nós vamos fazer a experiência. E há uma coisa que eu posso garantir que é: a equipa da junta de freguesia (pessoal e executivo) vão continuar seguramente a fazer o seu melhor.

E o que eu tinha a dizer era só isto. Mas face ao que tenho ouvido aqui nesta sala eu não posso deixar de tecer alguns comentários. Aqui (os meus colegas falaram por si) nós presidentes de junta, recebi aqui atestados de ignorância e não sei quê mais! Porque nós somos uns inconscientes, então nós aceitamos assim contratos para seis meses e mais não sei o quê... Srs deputados eu tenho prova que para assinar um anterior contrato eu exigi da anterior Câmara (e tenho na junta de freguesia prova escrita) onde eu assinei honradamente um contrato com o senhor presidente da Câmara e num belo dia o Sr. Presidente mandou um mail a dizer que derogava o contrato. Eu publiquei isso nas redes sociais e foi isso que complicou a vida ao anterior presidente da Câmara. Dei-lhe um ultimato. O senhor pense, dei-lhe uma semana para ele refletir e reverter a sua decisão porque se não o fizer vou para as redes sociais — e foi. Porque eu tenho provas objetivas. Aliás, já não é a primeira vez. Quando eu era tesoureiro da Mesa administrativa da Santa Casa da Misericórdia, a Câmara do Dr. Alberto Souto fez exatamente a mesma coisa à Santa Casa. Unilateralmente deixou de cumprir aquilo que nos prometeu e que nos levou a comprar a Casa do Seixal.

Portanto isto não é aqui teoria. Eu estou a falar na prática. Eu levei uma vida profissional de rigor e como ainda há dias dizia na minha Assembleia de Freguesia, eu sou uma pessoa bem-disposta que gosta de brincar e brinco, mas em termos de trabalho sou de um rigor absoluto. E o que é para cumprir é para cumprir. Nem sei estar na vida de outro modo.

Senhor Presidente, vamos em frente. Nós vamos fazer o melhor que seja possível. Isto é os teóricos são teoria. Eu estou a falar com base na experiência concreta de uma junta de freguesia que tem graves carências financeiras, mas que mesmo assim é capaz de prestar um bom serviço e não deve nada a ninguém. Muito obrigado.”

Vogal Casimiro Calafate (PPD/PSD)— Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:[033](#)

“Obrigado Senhora Presidente. Saudar a Mesa, digníssima Câmara, Senhores deputados. Vou-me cingir a dois aspetos. Passava pela proposta da delegação de competências da Câmara Municipal de Aveiro para com as juntas de freguesia. Relativamente às juntas a de freguesia de Cacia queria começar por saudar o Senhor Presidente da Câmara porque como tinha sido prometido logo que lhe foi possível decidiu implantar as delegações de competências para com as juntas de freguesia. Portanto é mais um compromisso assumido que naturalmente relevamos. Como é natural as Juntas de Freguesia congratula-se com esta parceria com a Câmara sobretudo para poderem prestar melhores serviços aos seus cidadãos porque estão mais próximas. É reconhecido na Câmara, penso que estará também a ser reconhecido aqui na Assembleia e é reconhecido sobretudo nas freguesias, que a nossa relação de proximidade com os nossos cidadãos permite-nos conhecer melhor os problemas, solucioná-los, numa relação direta e em que objetivamente quando resolvemos o problema sentimos que se o

fizemos na satisfação dos nossos cidadãos ou não. E quando não, remediamos a questão porque estamos próximos. Portanto isto é importante senhor Presidente que esta relação de proximidade tenha sido implementada quando lhe foi possível. E portanto daqui haverá uma maior correspondência às necessidades das nossas populações.

No seguimento disto fazemos votos e esperamos que a situação financeira da Câmara melhor para que estes contratos tenham maior amplitude para a melhoria da qualidade de vida das nossas Freguesias como é desejo já manifestado pelo Senhor Presidente.

Estamos no bom caminho. A Junta de Freguesias de Cacia reconhece o esforço do Senhor Presidente na implementação destes contratos interadministrativos e queremos relevar o interesse do Senhor Presidente a prosseguir este caminho. Neste caso também o nosso obrigado.

Queria levantar também aqui uma outra questão que já me é cara e que se reveste de importância extrema para a Freguesia de Cacia. Foi levantada aqui a questão da eventual diminuição das portagens na A25. Ora nós sempre dissemos e continuamos a dizer – e espero que esta Câmara na sua totalidade o faça novamente, porque há pessoas que quando não tinham responsabilidades governativas sempre o clamaram aqui, que na A25 sobretudo entre Angeja e Aveiro não sejam diminuídas as portagens sejam eliminadas. É uma questão de justiça. Porque o Governo de Sócrates que implantou a portagem sobretudo na A25 entre Albergaria e Aveiro foi um roubo que fez à população na nossa Região. Porque a ASCENDI não gastou um tostão nessa obra. Ela estava totalmente construída. Foi um roubo que nos fizeram. Agora estão no Governo façam o favor de repor esta injustiça. Obrigado.”

Vogal Ângela Almeida (PPD/PSD) — Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:[034](#)

“Muito obrigada. Uma saudação à Mesa, ao Executivo. Duas notas e para subscrever aquilo que o meu colega Calafate acabou de dizer em relação às portagens. Acho que está na hora de passarmos da conversa à ação, este é o momento, uma vez que Esgueira também é prejudicada pelas portagens.

Depois duas notas que remontam um pouco há três anos atrás. Mais uma vez saudar a lealdade, a clareza e a proximidade do Senhor Presidente da Câmara para com as Juntas de freguesia. Exatamente há três anos havia nesta Assembleia, causou um bocadinho de turbulência estas palavras que eu disse. É bom que três anos depois eu as volte a dizer e as reafirme. A clareza e a lealdade que o Senhor Presidente teve para com as juntas de freguesia. Soubemos que durante três anos estivemos inibidos de fazer gastos. Tivemos um controle ao mais ínfimo de um cêntimo. Não podemos fazer obra. Mas sabíamos que era com isto que contávamos, ninguém nos prometeu nada. Foi claro como água cristalina. Três anos depois estamos aqui a dizer que recebemos metade da dívida e a dizer que vamos ter delegação de competências. Uma delegação de competências para meio ano, também é verdade. Mas é a que é possível. E dar aqui um louvor porque ao Senhor Presidente e à Câmara toda porque fizeram a opção política de apostarem nas juntas de freguesia. De reconhecer que nós de facto temos esse poder de proximidade. Essa forma de poder fazer mais próxima e de estar mais próxima dos cidadãos prestando um melhor serviço público. Não é melhor nem pior, é diferente porque é mais próximo e mais conhecedor.

Dar aqui nota que provavelmente vão ser meses de aprendizagem mutua porque também não há histórico, pelo menos eu não o tenho, do número de metros quadrados de valetas, de bermas, não há histórico. E fiz também essa procura dentro da junta de freguesia que presido. Não tenho esse histórico portanto para mim também vai ser uma aprendizagem.

No entanto deixar de facto aqui essa felicitação pela opção de nas medidas extraordinárias que a Câmara aprovou estarem de facto a delegação de competências para as juntas de freguesia. Pois sei que iremos estar à altura para juntos fazermos este caminho para melhor servir o cidadão de Aveiro e no meu caso o cidadão de Esgueira. Muito obrigado.”

Vogal Firmino Ferreira (PPD/PSD) — Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:[035](#)

“Obrigado Senhora Presidente. Os cumprimentos à Mesa e ao Executivo Municipal, caros colegas, público presente, funcionários de apoio e comunicação social. Eu quero agradecer à Câmara Municipal o pagamento que nos foi feito e que nos permitiu diminuir substancialmente a nossa dívida junto dos nossos credores. Mas quero também saudar a Câmara pela confiança que depositou nas juntas de freguesia delegando em nós um conjunto de competências que são essenciais para a melhoria da qualidade de vida dos nossos cidadãos. Por considerar uma imagem de marca desta Câmara não me sinto surpreendido. Mas não posso deixar de agradecer a lisura, a transparência com que geriram o processo na atribuição das verbas para atribuição de competências tratando de igual forma todas as juntas. Mesmo considerando que as verbas atribuídas à Junta de Freguesia de Oliveirinha são insuficientes para tanto trabalho, quero aqui manifestar que tudo faremos para que as verbas transferidas sejam geridas com rigor e unicamente em benefício como sempre dos nossos cidadãos. Obrigado.”

Vogal Victor Oliveira (PPD/PSD) — Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:[036](#)

“Muito o obrigado Senhora Presidente. Muito boa noite a todos. Senhor Presidente a Junta de Freguesia de Santa Joana congratula-se com a atribuição do contrato de atribuição de competências para o segundo semestre de 2016, pois está agora em termos financeiros mais preparada para atender os problemas que se tem avolumado nos últimos tempos. Pois sabemos que as valetas e as zonas verdes não estão como gostaríamos, mas com esta ajuda podemos fazer mais e melhor para bem dos nossos fregueses. Esperamos que para o ano de 2017 sejam alargadas a outras áreas às quais podemos dar uma resposta mais rápida aos nossos cidadãos. Muito o obrigado.”

Vogal Fernando Marques (PPD/PSD) — Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:[037](#)

“Muito obrigado Senhor Presidente. Ora bem os meus colegas já disseram tudo, não me deixaram nada para dizer, é o inconveniente de quando se fica para o fim. E no meu disto tudo só me resta dizer que estou totalmente solidário com o que foi dito pelos meus colegas. O discurso é este. Eu fui sempre e sempre o assumi, defensor da delegação de competências. É um momento que nós temos para mostrar se temos alguma capacidade para mostrar serviço. Se temos ou não alguma competência para dirigir e executar naqueles casos pontuais que nos aparecem e penso que com os meus colegas acontece a mesma coisa, ficamos felizes quando realmente executamos e normalmente executamos bem. E portanto é sempre de visibilidade que nos apraz registar. Penso que isso é normal que eu tenha realmente essa satisfação, esse gosto de realizar um serviço o qual me confiaram e por isso é que sempre defendi as delegações de competências. Elas aí estão. O envelope financeiro Senhor Presidente não é tanto como eu gostaria que fosse. É óbvio que tenho essa observação. Mas o Senhor também é uma pessoa com poucos recursos de maneira que vamos gerir com o que temos com a experiência que fomos adquirindo ao

longo destes anos todos nos vai permitir a verba que nos foi atribuída com a qual concordámos depois de devidamente analisada e ponderada.

Portanto é pacífico. Vieram as delegações de competências quando foi possível. Foi-nos explicado as razões porque é que não vieram mais cedo, vem tudo certinho e aqui estamos realmente para mostrar aquilo que valemos e aquilo que somos capazes.

Houve aqui uma observação do meu amigo João Barbosa. João a Câmara responderá se assim o entender. Todavia, tenho essa resposta toda para fornecer na nossa assembleia de freguesia. Nós não fazemos estas coisas de ânimo leve. Fazemos estas coisas com contas, com esferográfica, com máquina de calcular. E portanto o que fizemos penso que fizemos bem. Aceitámos porque entendemos que aceitámos e, portanto, dar-lhe-ei as explicações que entender na próxima assembleia de freguesia e o senhor votará em conformidade com a sua consciência. Vamos a isto, vamos à luta. Como se diz de à quarenta anos a esta parte a “luta continua”. Muito obrigado.”

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:⁰³⁸

“Duas ou três notas em relação à intervenção da Rita Batista, embora vá deixar estas coisas, eu sei que é muito desagradável vocês dizerem bem de alguma coisa porque não é da vossa genética política.

Era o que mais faltava vocês terem-me aqui, agora, a falar de freguesias e de extinção de freguesias e austeridade e não sei o quê. Fique lá o Bloco de Esquerda sozinho no seu mundo negro. Um dia destes falaremos sobre isso com todo o gosto. Só é pena que o Bloco de Esquerda não tenha apoiado o Partido Comunista e tenha conseguido convencer o Partido Socialista em baixar a taxa máxima de IMI. Já anunciei isso e repito, vamos baixar o IMI em dez por cento em dois mil e dezassete mas se o Bloco de esquerda e o PS tivessem apoiado a proposta do Partido Comunista íamos baixar vinte por cento, porque já disse e repito, a nossa Câmara não precisa de IMI de zero cinco, nós com IMI de zero quatro fazemos a recuperação financeira da nossa Câmara. Esta demagogia é interessante para quem está na oposição mas não é para quem hoje é poder e o Bloco de Esquerda é efetivamente poder.

A outra questão que referenciou é que a dívida continua cá. Explicar o seguinte. A dívida que estamos a pagar desaparece do PAM, estas dívidas todas que estamos a pagar às Juntas, às Empresas, às Associações, sai da peça do PAM, o chamado PRD – Plano de Reestruturação da Dívida. Portanto, a dívida não fica cá. Esta que nós já pagámos, nomeadamente às Juntas de Freguesia, acabou, já não é mais dívida, já não está no PAM, não está na dívida. Acabou, está paga com os recursos que nós conseguimos disponibilizar. A outra questão que é muito importante para a Rita Batista e para outros colegas que falaram sobre isto, tem a ver com a história dos seis meses e não da plurianualidade. Já expliquei e não vou repetir a opção dos seis meses. Mas há uma outra questão. Os valores da plurianualidade estão no Plano e Orçamento que estamos a executar e estão lá as verbas para dois mil e dezassete e estão no PAM, estão lá as verbas para as Juntas de Freguesia que nós prevemos a vinte anos. Nós temos um compromisso formal de curto prazo no Plano e Orçamento, de médio e longo prazo no PAM sobre o nosso montante para delegações de competências para as nossas Juntas de Freguesia que em termos de valor médio anda em cerca de um vírgula três milhões de euros por ano. Porque é que o valor é este? O valor que nós temos no Orçamento deste ano é oitocentos e quarenta mil euros, dividimos a meio para quatrocentos e vinte mil, foi a nossa proposta base às Juntas de Freguesia, e da dialéctica, da negociação, da discussão que tivemos, decidimos acrescentar dez por cento ao valor dos quatrocentos e vinte mil para dar o valor que hoje temos em cima da nossa mesa, da decisão, com um

raciocínio objetivo de que estas tarefas que delegamos têm um custo maior no segundo semestre que têm num primeiro semestre e usámos esse racional para aumentar dez por cento. A verba que está prevista no Orçamento do próximo ano está no nosso orçamento mas mais... está prevista no PAM a vinte anos. Aquilo que nós queremos fazer, temos obviamente que ganhar capacidade para o fazer mesmo, é prosseguir este filão, com mais pressão financeira nestas tipologias e com outra pressão financeira em novas tipologias. Chamo a atenção que estes contractos não são actos isolados, estão enquadrados no Plano e Orçamento que temos e estão também, como dizia o Francisco Picado, enquadrados no PAM que temos, quer no um, quer no dois. O dois não mexeu em nada, não está a mexer porque ainda não teve nascimento formal, esse objetivo que está fixado no PAM um e no Plano e Orçamento de dois mil e dezasseis que estamos, neste momento, a executar.

O Dr. Jorge Nascimento suscitou uma questão que é a inteira independência das Juntas. Neste processo, de facto e de direito, não há plena independência porque se trata de uma delegação de competências. Se o Sr. Dr. estudar a lei vai verificar que a entidade delegante tem a obrigação legal de fiscalizar a delegação e a entidade que recebeu a delegação legal de dar contas sobre a competência delegada. Aqui não se trata de controle, nem de mandar, esses fantasmas que vocês têm, não. Aqui trata-se de máxima liberdade, máxima responsabilidade e cumprir o quadro legal. Não fomos nós que inventámos o quadro legal dentro do qual estes contractos se pretendem aprovar e operacionalizar. É o quadro legal do nosso país. Portanto, inteira independência no sentido de “tomem lá um dinheirinho e façam o que quiserem”, não é legalmente possível. Não é mesmo. Para isso do “façam lá o que querem” é que há muitos anos se resolveu uma grave patologia da estrutura financeira das Juntas de Freguesia quando o dinheiro do Orçamento do Estado circulava pelas câmaras municipais. E havia câmaras municipais, infelizmente muitas, que faziam pressão e condicionamento político às Juntas porque retinham e faziam as coisas mais mirabolantes com esse dinheiro. Felizmente, há muitos anos, peço desculpa mas agora estou com um lapso de memória porque já não sei qual foi a Lei das Finanças Locais, sei que foi no tempo do Eng. António Guterres, que acabou com isso porque era uma coisa inadmissível. As juntas passaram a ter transferências diretas do Orçamento do Estado e com esse dinheiro fazem o que querem sem inteira liberdade, sem inteira independência porque têm um quadro legal que têm de cumprir. Mas no sentido político obviamente com inteira liberdade e com inteira independência. Aqui, nós estamos a falar de delegação de competências num quadro legal de uma lei e não estamos a falar da entrega de um subsídio que hoje são proibidos. As câmaras, hoje, estão proibidas de entregar subsídios às juntas para as juntas fazerem seja o que for. É proibido por lei. Portanto, Sr. Dr. é neste quadro de rigor que estamos. Eu percebo o seu esforço para tentar pôr nuvens negras neste processo e começa aí a tentar fugir á lei, o que até nem lhe fica, a si particularmente, bem mas é assim que nós estamos neste campo e não no campo, deixe-me dizer uma palavra mais expressiva, de libertinagem “tomem lá o dinheiro e façam o que quiserem”, porque isso não é legalmente possível, mesmo que nós achássemos politicamente muito interessante. Repito, temos confiança em todos os nossos Presidentes de Junta, em todos os nossos Executivos de Freguesia, por mais que uns falem e digam de sua justiça e outros fiquem calados.

Deixem-me deixar claro ao Manuel Prior que este papel ou estes dez papéis que aqui estão têm o acordo total das pessoas que connosco negociaram. Depois cada um responde pela sua parte. Este processo, por parte da Câmara, foi tratado por mim e pelo Vereador Jorge Ratola, numas componentes mais eu, noutras componentes mais ele; fomos os dois. Cada Junta tratou como muito bem entendeu, em regra, na relação

connosco, através o seu Presidente, houve um caso numa reunião de S. Jacinto foi a Sra. tesoureira, devidamente mandata. Nunca na reunião disse “esperem aí que eu tenho de ligar ao meu presidente”; chegou lá, tomou as decisões que bem entendeu, na sua liberdade. Portanto, é, de facto, verdade que esta proposta é da Câmara, obviamente, como nós a entidade delegante, como nós que fazemos a proposta, mas está devidamente aprovada por todos os nossos interlocutores e agora segue o caminho nos órgãos executivos e deliberativos. Por mais que uns digam aqui “sim senhor, saúdo, dou os parabéns” e outros fiquem calados. O facto de uns ficarem calados que ninguém entenda que estamos a impingir porque aquilo que dissemos a todos os Srs. Presidentes de Junta, uma questão que o Presidente Firmino referenciou e que é muito importante, “transparência total neste processo”. É a primeira vez que a Câmara de Aveiro trata as Juntas de Freguesia nesta matéria com total transparência e critérios iguais para todos. É a primeira vez na nossa história. Que não haja dúvidas sobre isto. Dissemos ainda que se houver algum órgão não aprovar, com toda a legitimidade política e legal, nós respeitaremos isso, obviamente, e seguiremos os contractos com aqueles que aprovarem, com total liberdade.

Uma outra nota que é importante é a nota dos excedentes. O Dr. Jorge Nascimento tem sempre esta sua pouca vocação para as finanças e usou a palavra dos excedentes e que nós devíamos aplicar a abater o passivo. Dr. Jorge Nascimento é exatamente isso que estamos a fazer. O valor da disponibilidade financeira, que não é um excedente porque, em termos técnicos, um excedente de execução orçamental é uma outra coisa, mas vamos deixar isso para um outro momento, a disponibilidade financeira que arranjámos na relação da receita com a despesa, que expliquei há pouco, é toda aplicada a pagar dívida. Os três milhões, três vírgula dois milhões, estão quase todos usados para pagar dois vírgula dois milhões de euros para pagar às empresas e aos indivíduos, alguns ex-vereadores, já pagámos a esta malta toda. A nossa Câmara devia a ex-Presidentes de Câmara e a ex-Vereadores que se arriscaram com deliberações e tiveram que penar e pagar muito dinheirinho; já lhes pagámos. Esperaram uns aninhos largos, ainda é do tempo do Presidente Alberto Souto. Já recebeu toda a gente, está tudo pago e a Câmara já não deve mais a pessoas que a serviram dando o seu melhor. Não deve mais, já está tudo pago. A questão aqui, Sr. Dr. é exatamente não nos diga para fazer o que estamos a fazer porque estamos a fazer exatamente isso. Mas há uma parte que não é por opção política, nem é pelo IMI. Destes três milhões de disponibilidade de recurso financeiro há um vírgula um milhão, que metade teve o voto contra do Movimento de Independentes Juntos por Aveiro, que deriva da venda de bens patrimoniais e de ações. Ao abrigo da Lei FAM o dinheiro de qualquer ganho que nós venhamos a ter proveniente da venda de bens ou de participações é obrigatoriamente utilizado para abater o passivo. Não é verdade que o dinheiro venha todo do IMI, há aqui uma parte que, mesmo que não fosse por opção política mas por obrigação legal, tínhamos que usar para abater passivo. Todo esse dinheiro está a ser usado só para isto. Estes quatrocentos e sessenta e quatro mil de euros que estamos aqui a colocar nesta relação com as Juntas de Freguesia vêm de onde? De Onde é que eles vêm? Vem da disponibilidade do ano passado? Obviamente que não. Vêm da capacidade de continuar a gerar recursos do exercício que estamos a fazer em dois mil e dezasseis. Esta é a estrutura que estamos a desenvolver e estamos a fazer. Depois, Sr. Dr., também não vou perder muito tempo com isso. Esta coisa de que cada cidadão gastar seiscentos euros de estacionamento não é verdade; dos autocarros serem muito poucos e as pessoas não usarem, não é verdade. Eu recomendo-lhe uma leitura objetiva dos documentos que o comprovam e uma conversa com os cidadãos. Nem o IMI, Sr. Dr. Esta diabolização do IMI... os cidadãos contribuintes do nosso Município, contribuintes de IMI, são inferiores, o seu número é inferior a cinquenta por cento — é

cerca de quarenta por cento. Só cerca de quarenta por cento dos nossos cidadãos é que pagam IMI. E nós temos uma percentagem de cidadãos muito importante que, ao longo do nosso mandato, têm tido redução da sua factura fiscal, porque acabámos com a Taxa de Protecção Civil, porque reduzimos substancialmente a Taxa de Resíduos, e os inquilinos que não são senhorios, que não pagam IMI, pagam essas taxas. Esses que, em estatística formal, são quase seis mil e que são, em regra, o grupo de cidadãos com menos capacidade financeira, têm tido, com o nosso trabalho, com as nossas decisões políticas, em regra não apoiadas pelo Movimento Independente Juntos por Aveiro, esse alívio objetivo, não estamos a falar de conversa, estamos a falar de dinheiro na estrutura de custos de cada um desses nossos concidadãos e das suas famílias.

Quero agradecer a todos os Presidentes de Junta aquilo que disseram em abono da verdade, cada um, obviamente, ao seu estilo.

Quanto aos tapetes do João Barbosa, enfim. Alguns também tinham o privilégio de quem atapetava era a própria Câmara. Nós também encontramos contratos pendurados de tapetes que eram feitos e que não foram pagos. Felizmente, nesse caso, o empreiteiro recusou-se. Obrigado pelo seu testemunho João Barbosa. De facto, somos a primeira Câmara que trata as Juntas de Freguesia com transparência, equilíbrio e rigor igual para todas. Obrigado também por este seu testemunho embora marginal à formalidade da intervenção.

No entanto o João Barbosa traz uma questão que é importante. Eu já expliquei, não vou repetir mas só sublinhar. Falta matemática nisto, falta mais matemática, falta a definição de metro quadrado. De facto, falta mesmo porque nós não conseguimos, de forma séria, dizer quanto é que custa tratar o metro quadrado do espaço verde ou o metro linear de vala. Não conseguimos mesmo.

Fizemos muito trabalho, temos muitas coisas escritas, uns com os outros, muitas estimativas, mas não conseguimos chegar a uma base séria no sentido de ser utilizável numa relação que queremos séria. Com este crédito de confiança achamos que podemos aprender bem com a execução e vamos arriscar. O Sr. Vereador Jorge Ratola, que lidera a execução deste processo, ao contrário do que alguns dizem que eu sou um homem sozinho, graças a deus não sou, a deus e a mim que fui eu que escolhi os meus colaboradores com toda a liberdade, sou um homem acompanhado e muito bem acompanhado nesta área. O colega Vereador que me ajuda, sou mais eu que o ajudo a ele nestas matérias é o colega Jorge Ratola. Estamos agora a fazer a definição para a operação com cada Junta de Freguesia, o mais concreta possível. O jardim A ou o jardim B quem trata? A Câmara? Muito bem. A Junta? Muito bem. Fixou. Vamos medir, vamos efetuar a afetação dos custos e vamos operar para que na próxima já possa estar cá o valor do metro quadrado. Nós todos vamos saber quem faz o quê, que é muito importante para os nossos concidadãos.

Por exemplo, lembro-me do caso de Eixo em que está uma decisão claramente tomada: Montes de Azurva, uma grande urbanização dentro da Freguesia de Eixo-Eirol fica com a Câmara e não delegamos. E não delegamos porquê? Primeiro porque temos para lá um grande investimento de qualificação que já está a ser ultimado. Achamos que não faz sentido estarmos a entregar a gestão de um espaço verde quando ele precisa de uma operação profunda e grande de qualificação e obviamente, esse espaço não está lá. Só os Montes de Azurva precisavam de um valor bem superior àquele que está no contrato com a Junta de Eixo-Eirol. Mas não. Os Montes de Azurva, está claro, dissemo-lo desde o primeiro que ficam com a Câmara.

Quanto aos sanitários aí já não há dúvidas. Estamos só a falar dos tais dois que não os dois do Mercado. Os que estão incluídos nos Mercados continuam sob alçada da Câmara, os outros dois que estão fora são autónomos, passam para a alçada da Junta de

Freguesia de Glória e Vera Cruz, sabendo que há um valor dentro do valor que é para uma obra profundo do nosso sanitário da Fernando Távora, ou da Rua de Coimbra, ou da Rua Direita, como lhe quiserem chamar, que precisa de uma obra de qualificação profunda. Esse montante está dentro do valor total que a delegação de competências define.

O Presidente David Paiva Martins chamou a atenção de uma matéria que não é preciso chamar a atenção a nós próprios já que toda a gente tem consciência dela. Hoje, no mundo em que vivemos, há dossiês que são muito difíceis. Um dos dossiês é preciosamente o que o Presidente David falou, e que vários presidentes de junta também falaram, que é o dossiê recursos humanos. Onde é que há recursos humanos disponíveis, no Centro de Emprego ou fora do Centro de Emprego, no mercado normal ou no mercado apoiado, chamemos-lhe assim, que está no quadro da gestão dos centros de emprego do IEFP para fazer certo tipo de trabalhos.

Vivemos todos no mesmo mundo e devo subscrever a partilha do Presidente David Paiva Martins e de outros que o sentem; a tarefa não é fácil. Não é fácil mesmo. Seguramente todos daremos o melhor para que essa dificuldade que objectivamente existe possa ser suprimida porque tudo isto se faz com recursos humanos, por mais equipamento e máquinas que tenhamos e temos que ter. Obviamente, o recurso humano é uma peça fundamental para que, na prática, consigamos estas delegações de competências. Eu julgo que tirando as normais divagações, compreensíveis e perfeitamente aceitáveis, na dialética política, neste ou em qualquer dossiê, há um balanço muito positivo à capacidade que tivemos de chegar aqui, é muito importante ter boa consciência que este acto é um acto conseqüente a tantos actos de gestão que já fizemos, mas é muito bom dar o passo. Este também é um acto que é possível porque estamos mais capazes em termos financeiros, em primeiro lugar, em termos legais, em segundo lugar, e com uma coisa que é muito importante na política e na vida com total seriedade e honrando os compromissos que assumimos. Assumimos, lutámos para chegar até aqui, gostávamos muitíssimo de termos chegado antes, que ninguém tenha dúvidas disso, em primeiro lugar é a Câmara que gostava muito de aqui ter chegado antes mas não foi possível. A esmagadora maioria dos fatores que não permitiram são-nos externos, embora também tenhamos a nossa quota-parte de responsabilidade, pois com certeza que temos, mas conseguimos chegar aqui agora. Seguramente que o próximo passo vai ser bem dado e vai-nos permitir fazer aquilo que todos queremos e que também aqui vários o deixaram claro, Queremos dar um passo ainda maior mas que seja maior na quantidade e na qualidade, especialmente a qualidade ganha pela aprendizagem que vamos fazer no exercício destas competências que agora vamos delegar, acto imediato à sua entrada em operação e que está definida, prevista e que seguramente acontecerá no próximo dia um de Julho, primeiro dia do semestre a que respeitam cada um destes dez contratos.”

Membros da Assembleia

Vogal Rita Baptista (BE) — Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata: [039](#)

“Senhor Presidente, o BE defende uma maior autonomia local, nomeadamente uma maior autonomia das freguesias, mas com o devido cabimento orçamental. Só assim é que é possível planificação a longo prazo de um serviço público que funcione de recursos que estejam disponíveis, como foi dado já aqui a entender a questão dos recursos humanos é importante, porque não vamos cair no erro de depois dizer, não há cabimento orçamental e vamos recorrer a contratos de emprego de inserção por exemplo, como já aconteceu no município. Se o problema acaba de ser levantado num momento até de

*louvor ao Senhor Presidente, que foi aqui pedido que todos os presidentes de juntas de freguesias de levantassem em louvassem o senhor presidente da Câmara.
Que fique claro que recursos humanos que vão ser necessários terão de constituir um contrato, um salário.”*

Vogal Jorge Nascimento (JPA) — Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:[040](#)

“Convidava o Senhor Presidente a ir para uma paragem de autocarro e verificar se há essa frequência de autocarros que possa evitar o uso do automóvel. Só testando, não é. Quanto a apenas 40 % dos munícipes pagam IMI eu lembro que pagam IMI todos. Inclusive os inquilinos. Porque o Senhorio quando paga IMI repercute no valor das rendas. Isso é o óbvio. É assim em todas as circunstâncias.

Agora o Senhor Presidente diz: “tenho um espartilho para dar verbas às Juntas porque tenho um orçamento”. Mas então não foi esta Câmara que fez o Orçamento!?! Foi esta câmara que o aprovou, mas sustentado com a maioria que o sustenta. Se só pôs os tais 840 mil pusesse mais. Porque a lei já o obrigava a fazer transferências. Sim a lei de 2013 que o obriga a fazer transferências. Ou permite, diz isso. Portanto a Câmara iria fazer obras nos locais das Juntas e podia deixar de as fazer diretamente. Delegava competências e punha essas verbas no orçamento. É verdade isso.

Agora diz-nos assim: “eu não pus no orçamento e portanto tenho esse espartilho”. Não tivesse criado o espartilho — a si se imputa isso apoiado por esta assembleia.

Mas hoje eu vou contente desta Assembleia. Primeiro por sublinhar aqui o entendimento institucional entre o Senhor Presidente da República e o Primeiro-ministro. E hoje também constato que há um entendimento institucional, ao cabo de três anos de antagonismo, objetivo, porque não houve transferência entre as Juntas e a Câmara.

Portanto, fico contente. Sinceramente, fico contente. Aprovo até jeito de brigada de agradecimento coletivo e geral, de uma coisa que lhe era devida às juntas! Pronto, mas vale mais tarde que nunca. Ao final de quase três anos, quase em fim de mandato, esta brigada de agradecimento coletiva palavra de honra cai-me bem. Vou satisfeito, sim senhor. Sinceramente, vou satisfeito Senhor Presidente. E portanto com esta me quedo. Muito obrigado.”

Vogal João Barbosa (PS) — Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:[041](#)

“Antes de mais que dizer que o Senhor Presidente me deu a conhecer muito antes e esclareceu-me muito bem, agradeço. Mas quero dar uma nota. Neste nosso universo há a consideração, a amizade e a política. E na política, eu estou nesta Assembleia, eleito diretamente para esta Assembleia, E nesta Assembleia o Senhor Presidente faz-me o favor de enviar a documentação como manda a todos para ler, saber e como o Senhor diz nós aqui como s autarcas 24 horas por dia e devemos estar atentos.

E quando temos intenções de saber devemos tentar saber. Foi isso que eu fiz e o Senhor Presidente de Câmara respondeu-me e muito bem.

Quanto ao resto também sou eleito para a junta de freguesia. E quando necessito das coisas na junta de freguesia pergunto na junta de freguesia, na dimensão da junta de freguesia. Era só isto Senhora Presidente.”

Vogal Francisco Picado (PS) — Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:[042](#)

“Senhor Presidente, na primeira intervenção o partido socialista manifestou que iria acompanhar o voto que exerceu na Câmara sobre essa matéria e portanto mantemos

essa posição. Muito embora, na segunda intervenção do senhor Presidente, suscitou-me aqui uma intervenção que tivemos há tempo nesta mesma Assembleia e que eu irei retomar no ponto seguinte que tem a ver com uma questão simples. Em primeiro lugar a questão que se coloca (e confesso que continuo com dúvidas sobre a mesma) é se as obrigações que resultam do PAM estão em vigor ou não? Porque parece que umas estão, mas outras não estão!?

Em segundo lugar a minha pergunta objetiva é que efetivamente a Câmara tem disponibilidades. Já não é de agora, pois tem disponibilidades de há um tempo a esta parte, mas também é importante perceber duas questões relativamente às disponibilidades.

Uma, perceber como é que chegámos lá através de várias fontes ou através de vários processos. E outra questão tem a ver com o facto de perceber qual é o cenário a partir do momento em que o Visto sobre o processo for libertado.

Porque me parece objetivamente (e eu não queria aqui cometer nenhum sacrilégio nem ter nenhuma afirmação que possa confundir exatamente aquilo que é ou que esperamos) que há aqui um conjunto de situações que resultam desta dependência do Visto que de alguma forma permitem chegar a essa situação. Depois obviamente colocarei uma questão no período a seguir para perceber exatamente em que ponto é que nos encontramos e como podemos perspectivar aquilo que irá acontecer numa fase posterior. Isto para reiterar que obviamente que sim senhor, que estamos de acordo com as delegações às juntas com um envelope financeiro, mas importa perceber também como obtivemos esta disponibilidade.”

Da Câmara Municipal

Vice- Presidente:⁰⁴³

“Boa noite a todos. Deixando aqui de lado as aclamações os louvores e até as inflações que esta Assembleia teve, eu só queria deixar nota pública de que nestes três anos, não foi só agora que se começou a trabalhar com as Juntas. A pessoa responsável da cooperação com as Juntas e da articulação das Juntas com o Senhor Presidente, eu apenas pelas funções que tenho na Câmara, tenho alguma responsabilidade na parte operacional e mais prática no dia-a-dia. E queria aqui manifestar e deixar uma palavra sentida a todos Presidentes de Junta pela sua transparência, pela lealdade que sempre tivemos, pelo reconhecimento das dificuldades quer deles para comigo quer de mim para com eles (e aqui tenho os dez pela mesma bitola). Queria deixar esta nota porque às vezes as pessoas pensam que num momento em que tudo é fácil, em que todos nós nos congratulamos com as coisas, pensar que há um passado que não existiu — existiu. E muitos dos responsáveis que agora não querem sequer perceber a situação em que estamos, são esses mesmos os responsáveis pela situação que tivemos nestes últimos três anos — em que muito pouco tiveram consciência da situação em que estivemos.

Era só esta nota que eu queria aqui deixar. E deixar uma palavra de gratidão e de apreço aos Senhores Presidentes da Junta pela disponibilidade e pelo respeito e a lealdade que tiveram comigo e perante tantos agradecimento e tantos louvores e tantas aclamações não queria deixar de agradecer sentidamente, respeitosamente e com a humildade que sempre me caracterizou.”

Presidente da Câmara:⁰⁴⁴

“Bem duas ou três notas em relação às intervenções só para dizer o seguinte. Estas despesas têm absoluto e completo cabimento orçamental. Que não haja dúvida nenhuma. Aliás, chamámos à atenção dos nossos parceiros de negociação para aqueles que não tivessem preparado o seu instrumento de gestão (plano e orçamento) que o preparação

com uma alteração para poderem acolher esta operação, garantido que estava o cabimento da parte da Câmara Municipal. Portanto deixar isso aqui claro em relação aquilo que foi a intervenção da Rita e que pode deixar algumas dúvidas sob não termos cabimento. Temos total cabimento orçamental.

Dr. Jorge Nascimento, nós conhecemos bem os nossos autocarros, embora estamos expectantes para termos visto do tribunal de contas para que a operação nova entre em funcionamento e aumente muito a quantidade de transporte que vamos oferecer e a qualidade do transporte que vamos oferecer. Estamos em plena operação de tramitação do Visto do Tribunal de Contas. Agora não trate mal os cidadãos do nosso município. E são muitas centenas de milhares no número de utilizações que usam bastante os transportes.

Quer aqueles que estão sob a nossa alçada direta quer aqueles outros que por um passe de mágica administrativa estão sob a operação de uma empresa privada.

Agora é importante que se diga que em relação à questão das rendas que em Portugal não há subidas de rendas há três anos. Portanto o impacto do nosso aumento de IMI, que foi substancial como sabemos de 2014 para 2015 e de 2015 para 2016, não teve impacto nenhum nas rendas porque obviamente estamos a falar de um aumento substancial e as rendas não tiveram ajustamentos de preços ao consumidor que nos últimos anos como sabemos esse valor foi zero.

Tem aqui um pequeno problema porque está a falar com um inquilino e portanto V. Exa pode ser especialista em IMI e em Património, mas eu sou em rendas. Porque eu sou como o nosso Presidente da República. A minha que eu uso não é minha. De rendas percebeu eu bem. Tenho um contrato que pago honradamente e a minha senhoria declara. Não sou tanto de IMI porque não pago da minha casa, pago de outras propriedades, mas de rendas eu posso ajudar V. Exa porque não tem esse conhecimento porque não é inquilino de ninguém. São coisas da vida. Isto não é bom nem mau é o que é. Mas dizer-lhe que sei o que lhe estou a dizer por experiência própria da minha vida pessoal.

Quanto à sua baralhação. O Senhor Dr. baralha-se a si próprio. E o facto de se baralhar também é instrumental na sua ação política porque tenta baralhar os outros. O Senhor disse que a Câmara era obrigada a fazer transferências e depois começou-se a baralhar. Deixar claro que nem a nossa Câmara nem nenhuma Câmara Municipal do nosso país no quadro legal em vigor é obrigada a transferir recursos financeiros seja para que entidade terceira for, nomeadamente Juntas de Freguesia. Ninguém é obrigado.

Não sei se é bem se é mal. Mas há muitas Câmaras no nosso país que não têm contratos de delegação de competências com as Juntas de Freguesia. OK.

Percorra o país, peça estatística à ANAFRE ou ANMP, é o que é. E cada um tem as suas opções políticas. Mas há uma verdade. Esta é uma opção política, a lei permite, não é uma obrigação legal. A lei não determina. É assim objetivamente.

Francisco Picado, voltando à velha questão e vamos andar nela, até que um dia há-de chegar o nosso visto de um PAM (ou não). Aliás eu tenho fugido e vou continuar a fugir, pelo menos durante algum tempo, a outro tipo de interpretação, por que é que o nosso PAM ainda não está plenamente em Vigor. Tenho fugido, vou continuar a fugir, mas devo dizer que perguntas de comunicação social e de cidadãos sobre outras explicações sobre o que se está a passar, recebo-as (não é todos os dias) todas as semanas para responder. A minha boca ainda não se abriu sobre essa dimensão e não se abrirá. Pelo menos nos tempos mais próximos.

Agora deixar claro, lá iremos no ponto 2, deixar claro que nós temos sido previdentes. Eu sei que isto faz-vos uma confusão tremenda. Para V. Exa não faz porque é um homem ponderado e avisado nos números — não em tudo. Mas nos números é V. Exa ponderada

e avisada. Mas de facto faz uma enorme confusão a muita gente como é que nós, uma Câmara que está na situação financeira que está (é a segunda pior Câmara do país), como é que conseguimos tomar n medidas de reforma, estamos a internalizar empresas municipais, temos reduzido os custos da nossa estrutura de uma forma brutal e não se vai sentir mais porque este ano estamos nomeadamente nos recursos humanos a fazer reposição salarial nos termos legais e cumprimos a lei. Mas como é que nós estamos a fazer isso tudo!? Temos muito investimento em curso com fundos comunitários, temos muito investimento em curso sem fundos comunitários, já temos conquistado e assinado (verbas cativas) obras de investimento direto para o nosso município de 43 milhões de euros de Fundo — e de facto isto mete muita confusão a muita gente.

Mas obviamente quem estiver atento e olhar a bem, porque quem não estiver a tento e olhar a mal no sentido político do termo, obviamente vai tentar continuar a baralhar tudo e todos e a perguntar-se como é que isto está a acontecer.

Isto está de facto acontecer por uma gestão que começou no primeiro ou no segundo dia que nós assumimos o mandato, de um conjunto vastíssimo de medidas tomadas sob a despesa, sob a receita, racionalização dos recursos. Não preciso de lhe explicar sabe no mínimo tão bem como eu. Podíamos ter gasto estes 3 milhões de euros. Há alguma dificuldade da nossa parte em ter gasto estes 3 milhões de euros. Há alguma dificuldade? Não.

Só que há uma pequena questão. Nós de facto não nascemos ontem. Nós somos no mínimo de anteontem. E somos gente otimista e positiva na vida. Mas como somos de anteontem e não de ontem, já vimos não tudo na política, mas muita coisa, é muito difícil apanharem-nos em falso. Como alguns estariam a rir-se à gargalhada se nós não tivéssemos sido sempre previdentes na gestão e conseguir cumprir todas as nossas responsabilidades. Não faltar nada aos ordenados, ao serviço de dívida bancária e fazer investimento na dimensão do possível, porque o nosso município pode muito mais, mas tem condicionamentos de natureza legal. E a verdade objetiva é que isto mete muita confusão a muitos. Nós estamos empenhadíssimos não nos mete confusão nenhuma. Este é o bom caminho e é o caminho que vamos garantidamente continuar a percorrer no futuro que vai chegando a cada dia. Muito obrigado.”

De seguida a Presidente da Mesa em exercício colocou à votação⁰⁴⁵ o ponto 1 – Apreciação e Votação dos Contratos Interadministrativos de Delegação de Competências entre a Câmara Municipal de Aveiro e as juntas de freguesia de Aradas, Cacia, Eixo/Eirol, Esgueira, Glória/Vera Cruz, Oliveirinha, Requeixo/N^a Sra de Fátima/Nariz, Santa Joana, São Bernardo e São Jacinto, para o 2^o semestre de 2016, sendo a mesma aprovada por maioria, com trinta votos a favor (PSD11+CDS6+PS9+IND4) duas abstenções (PCP1+BE1) e zero votos contra.

Seguiram-se as declarações de voto dos vogais:

Vogal António Moreira (PCP):⁰⁴⁶

“O PCP abstêm-se neste voto por que considera importante a dotação feita, mas não concorda com os fundamentos e com a base de todo este FAM e portanto seria perfeitamente incoerente o nosso voto.”

Vogal Rita Batista (BE):⁰⁴⁷

“O Bloco de Esquerda faz das suas duas intervenções a sua declaração e voto.”

Vogal Jorge Nascimento (JPA):⁰⁴⁸

“Votámos a favor porque em princípio somos a favor da transferência de competências da Câmara para as Juntas de Freguesias. Muito obrigado.”

PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

A Presidente da Mesa em exercício, informou o plenário que para este período regimental não existia nenhum munícipe inscrito.

Não havendo mais intervenções, o Presidente da Mesa em exercício, nos termos do n.º 3, do artigo 57.º do anexo I, da Lei 75/2013, de 12 setembro, colocou à deliberação do plenário a aprovação da ata em minuta respeitante a esta reunião da sessão, não se verificando oposição.

Depois de lida, a acta em minuta foi colocada à discussão,⁰⁵⁰ não se verificando intervenções. Submetida à votação foi a mesma aprovada por unanimidade, cujo texto se anexa, fazendo parte integrante da presente acta.

Continuando a Presidente da Mesa em exercício deu por encerrada⁰⁵¹ a primeira reunião da Sessão Ordinária Junho, informando que a próxima reunião da sessão será no dia 24 de Junho (6.ª feira), pelas 20:30 horas.

Eram 23:30 horas do dia 17 de Junho de 2016.

Para constar e devidos efeitos se lavrou a presente ata, que tem como suporte gravação digital de tudo quanto ocorreu na respetiva reunião, nos termos do disposto no artigo 46.º do Regimento, e vai ser assinada pelo Presidente da Assembleia e por mim, Manuel Cartaxo, trabalhador municipal no sector de apoio à Assembleia, que a elaborei nos termos legais.

(03:00)